

3

Marcelo Negri Soares
Leticia Squaris Camilo Men

TUTELA ANTECIPADA NA AÇÃO RESCISÓRIA

2ª edição atualizada de
acordo com o CPC/2015

Blucher

Marcelo Negri Soares

Orientador de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. Professor Permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito UniCesumar, na linha Efetividade da Justiça e Direitos da Personalidade. Professor da UEM – Universidade Estadual de Maringá. Avaliador presencial de seminários SIAC/UFRJ (desde 2018). Avaliador Presencial de Pôsteres Conpedi (desde 2010). Pós-Doutorado pela Universidade de Coimbra-Portugal (2022/2023). Pós-Doutorado pela Uninove/SP (2017). Doutor (2013) e Mestre (2005) pela PUC/SP. Foi professor de Direito Uninove, UNIP, PUC-RIO e Faculdade de Direito (UFRJ). Palestrante em eventos nacionais e internacionais. Atuação como diretor jurídico-empresarial: Processual, Ambiental, Empresarial, Contratual, Bancário, Trabalho, Tributário e Civil. Advogado e Contabilista.

Leticia Squaris Camilo Men

Mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar – UniCesumar (2019–2020). Graduada em Direito pela Universidade Cesumar – UniCesumar (2018). Especialista em Direito e Negócios Imobiliários com capacitação para o Ensino no Magistério Superior pela Faculdade IBMEC São Paulo (2021–2022). Advogada.

TUTELA ANTECIPADA NA AÇÃO RESCISÓRIA

**2ª edição atualizada
de acordo com o CPC/2015**

**SÃO PAULO
2025**

Tutela Antecipada na Ação Rescisória

© 2025 Marcelo Negri Soares e Leticia Squaris Camilo Men

Editora Edgard Blücher Ltda.

Desenvolvimento editorial: *Know-how Editorial*

Revisão técnica: *João Edson Parpinelli*

Revisão de texto: *Lígia Alves*

Acompanhamento editorial: *Roseli Baessa*

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 6. ed.
do **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**,
Academia Brasileira de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Heytor Diniz Teixeira, CRB-8/10570

Soares, Marcelo Negri

Tutela antecipada na ação rescisória / Marcelo Negri Soares,
Leticia Squaris Camilo Men. – 2. ed. – São Paulo : Blucher Open
Access, 2025.
192 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-555-0274-9 (impresso)
ISBN 978-65-555-0269-5 (eletrônico - Epub)
ISBN 978-65-555-0270-1 (eletrônico - PDF)

Edição atualizada de acordo com o CPC/2015.

1. Direito Processual Civil. 2. Processo Civil. 3. Tutela Antecipada.
4. Ação Rescisória. I. Título. II. Men, Leticia Squaris Camilo.

CDU 347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Processual Civil

CDU 347.9

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO

O Prof. dr. *Marcelo Negri Soares* me honrou com o convite para prefaciar a presente obra, que é fruto de sua tese de doutorado, intitulada “Tutela Antecipada na Ação Rescisória”, defendida em novembro de 2013 com muito talento e segurança perante banca examinadora composta pelos eminentes Professores Drs. William Santos Ferreira, José Roberto Neves Amorim, Rodrigo Otávio Barioni, Luiz Guilherme Pennachi Delloro e por mim, na qualidade de seu orientador.

A obra é densa e extensa, principiando pela visão abrangente e estruturante do sistema processual com o capítulo da “Constituição, devido processo legal e coisa julgada no processo civil”. Segue com o estudo sobre a “ação rescisória”, conjugando, ao final, a situação de urgência concernente à “tutela antecipada na ação rescisória”.

O Prof. Marcelo Negri vem presentear a comunidade jurídica com a publicação de sua tese de doutorado, em opção interessante ao dividir o trabalho em três volumes, diante de sua extensão e da completude de cada capítulo.

No primeiro, o Autor aborda o princípio do “devido processo legal” com seus subprincípios como base à garantia constitucional da “coisa julgada”. Neste particular, preocupa-se com seus limites (objetivo e subjetivo), com a sua formação quando envolve decisões interlocutórias e com a polêmica sobre sua existência no processo de execução e cautelar.

O segundo volume destina-se à análise da ação rescisória, dissecando-a em relação aos seus requisitos de admissibilidade, objeto, natureza jurídica e procedimento; também não se furta em desafiar as questões mais candentes que efluem dos tribunais.

O terceiro volume envolve a ainda difícil problemática da “antecipação de tutela” – inserida no Código de Processo Civil há 20 anos – no bojo da ação rescisória. Aqui, lança luzes profundas sobre cada detalhe de seu procedimento,

como o momento, pressupostos específicos, a sua fungibilidade com as medidas cautelares e a tutela de evidência.

Como o leitor perceberá, essa trilogia serve de norte para as variadas e complexas questões que ocorrem aos tribunais, tendo em vista que o Autor soube aliar a sua experiência como grande advogado, a didática do docente e as reflexões com a pesquisa científica.

Com essas breves palavras, convicto de mais esse sucesso do Autor, como se deu com os seus outros livros (Factoring e Embargos infringentes), registro a minha honra de ter sido o seu orientador do Doutorado e o privilégio de poder partilhar da amizade de sua belíssima família (Matheus e o pequeno Lorenzo).

Sérgio Shimura

Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Professor Livre-docente pela PUC/SP.
Professor nos programas de Pós-graduação da PUC/SP
e da Escola Paulista da Magistratura.

NOTA DE APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO

Em 16 de março de 2015, por meio da Lei n. 13.105, publicou-se o Novo Código de Processo Civil. Com tamanha alteração no campo do direito processual civil, entendemos por bem revisarmos a primeira edição, a fim de ofertar ao querido leitor a presente obra, devidamente atualizada.

Desta forma, com a intenção de mantermos o mesmo ideal exibido pela primeira edição, ou seja, a abordagem de aspectos importantes e também temas controversos sobre a ação rescisória, a segunda edição do livro foi elaborada.

Esta, por sinal, foi inteiramente revisada, atualizada e ampliada conforme as novas regras processuais exibidas pelo CPC/2015 e doutrinas recentes elaboradas por autores renomados da área do direito processual civil.

Esperamos, humildemente, que esta publicação sirva de auxílio aos eternos estudantes do direito, sejam eles graduandos, nobres colegas advogados ou demais membros da sociedade jurídica.

Dedico essa obra, primeiramente a Deus,
aos meus pais Hilton e Cida, ao meu amor Márcia Pereira de Miranda,
e aos nossos filhos, Lorenzo, Lucas, Jamisse,
e aos netos Antônio, Ana Julia e Lucca.

In memoriam: Matheus (filho),
Sebastião e Luzia; Pedro e Maria (avós).

Marcelo Negri Soares

Para meu esposo Hugo e meu filho Gabriel,
que dão sentido a cada passo da minha jornada.

Dedico este trabalho a vocês,
que são minha força e inspiração diária.

Leticia Squaris Camilo Men

ABREVIATURAS

ADI – Ação Declaratória de Inconstitucionalidade

AI – Agravo de Instrumento

AMB – Associação dos Magistrados do Brasil

art. – artigo

CDC – Código de Defesa do Consumidor

CF – Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CPC – Código de Processo Civil de 1973, com atualizações vigentes

EC – Emenda Constitucional

ED – Embargos de Declaração

EUA – Estados Unidos da América

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

RE – Recurso Extraordinário

REsp – Recurso Especial

RISTF – Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal

RISTJ – Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça

RT – Editora Revista dos Tribunais

ss. – seguintes

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO.....	5
NOTA DE APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO	7
ABREVIATURAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	17
Reformas processuais e notícia do CPC projetado	17
Processo e efetividade na ação rescisória.....	21
Cenário da tutela antecipada e da ação rescisória.....	23
1 TEORIA GERAL DA TUTELA ANTECIPADA	27
1.1 Devido processo legal e a antecipação de tutela	27
1.1.1 Tutela jurisdicional	27
1.1.2 Dever de lealdade das partes no processo	28
1.1.3 Tempestividade da tutela jurisdicional	30
1.2 Histórico e evolução no direito positivo pátrio.....	30
1.3 Tutelas provisórias no CPC/2015	33
1.4 Natureza jurídica da tutela antecipada	34
1.5 Definição de tutela antecipada.....	38
1.6 Diferenciação da tutela antecipada e da tutela cautelarà luz do CPC/2015	41
1.6.1 Critério conceitual.....	43
1.6.2 Critério legal	45
1.6.3 Diferenciação pelo objeto	46
1.6.4 Diferenciação em face das características	48

1.6.5	Fungibilidade entre a tutela antecipada e a cautelar	51
1.6.6	Conclusão parcial.....	54
1.7	Pontos polêmicos em torno da tutela antecipada.....	57
1.7.1	A tutela antecipada nos diversos tipos de ações	58
1.7.1.1	Tutela antecipada no processo declaratório	61
1.7.1.2	Tutela antecipada no processo condenatório	62
1.7.1.3	Tutela antecipada no processo constitutivo	63
1.7.1.4	Tutela antecipada nos procedimentos especiais (tutela executiva “ <i>lato sensu</i> ”).....	65
1.7.1.5	Tutela antecipada no processo de execução.....	68
1.7.2	Legitimidade do réu para requerer a tutela antecipada	70
1.7.3	Tutela antecipada na sentença e recorribilidade via apelação.....	72
1.7.4	Formação de título executivo judicial na antecipação de tutela... ..	77
1.7.5	Execução da tutela antecipada e levantamento em dinheiro	78
2	DA TUTELA ANTECIPADA E SUA APLICAÇÃO NA AÇÃO RESCISÓRIA	83
2.1	Neoprocessualismo e o tempo processual (segurança jurídica <i>versus</i> tutelas de urgência).....	83
2.2	O ideal da causa madura para julgamento.....	86
2.3	Legislação aplicável à tutela antecipada na ação rescisória	89
2.4	Tutela antecipada rescisória e seu objeto: o <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescisorium</i>	92
2.5	Momento do requerimento e da concessão da tutela antecipada.....	94
2.5.1	Momento do requerimento: tutela antecipada formalizada antes ou no curso da ação rescisória, até na decisão definitiva de mérito (acórdão)	96
2.5.2	Antecipação da tutela <i>inaudita altera parte</i> ou <i>ex officio</i>	98
2.5.3	Tutela antecipada após o acórdão meritório de procedência.....	100
2.5.4	Pedido de antecipação da tutela direto ao relator	102
2.5.5	Diferimento da apreciação da tutela antecipada para após a contestação	104
2.5.6	Natureza jurídica da antecipação de tutela e sua aplicação pela extinta via anômala da cautelar preparatória no antigo CPC/73.....	105
2.6	classificação dos pressupostos ou requisitos da tutela antecipada	107
2.6.1	Probabilidade do direito	108
2.6.2	Extinção do pressuposto da Verossimilhança	112

2.6.3	Reversibilidade.....	114
2.6.4	Perigo e dano ou risco ao resultado útil do processo.....	115
2.6.5	Pedido incontroverso – Tutela de Evidência	116
2.6.6	Extinção da tutela antecipada com base no § 3º do art. 461 do CPC/73.....	120
2.6.7	Pressuposto negativo de reapreciação nos Tribunais Superiores ..	121
2.6.8	Extinção do pressuposto geral da tutela antecipada na ação rescisória: imprescindibilidade da medida (art. 489 do CPC/73 versus art. 969 do CPC/2015).....	123
2.7	Indeferimento da tutela antecipada por verificação <i>ab initio</i> da inviabilidade da análise da matéria de fundo.....	126
2.7.1	Entendendo o binômio cabimento da ação rescisória e inefetividade da decisão rescindenda de procedência somente ao final do processo, com o novo trânsito em julgado, como requisito para deferimento da tutela antecipada.....	127
2.7.2	Indeferimento da tutela antecipada por julgamento pelo relator com base no art. 332 do CPC e reconhecimento da decadência ou prescrição.....	131
2.7.3	Indeferimento da tutela antecipada ante o indeferimento da inicial.....	133
2.7.4	Indeferimento da tutela antecipada ante a vedação de objetivação na simples rediscussão da causa ou com base em nova interpretação do decidido.....	137
2.7.5	Conclusão parcial.....	141
2.8	Deferimento da tutela provisória, modalidades: punitiva, evidente e assecuratória e seus reflexos no juízo rescindente e rescisório.....	141
2.8.1	(In)aplicabilidade da tutela antecipada punitiva (inciso II do art. 273 CPC/73) – tutela de evidência – art. 311 CPC/2015 – na ação rescisória	142
2.8.1.1	Fungibilidade entre as medidas e quanto aos pressupostos.....	149
2.8.1.2	Generalidades dos atos abusivos e protelatórios	150
2.8.1.3	Abuso de direito de defesa.....	151
2.8.1.4	Manifesto propósito protelatório do demandado.....	153
2.8.2	O manifesto cabimento rescisório como probabilidade do direito para a tutela antecipada e sua relação com o <i>periculum in mora</i>	158
2.8.2.1	Tutela antecipada na ação rescisória com base na nulidade do julgado rescindendo ante a não observância da cláusula de reserva de plenário.....	158

2.8.2.2	Tutela antecipada na ação rescisória com base na não recepção constitucional	160
2.8.2.3	Tutela antecipada na ação rescisória com base em indenização com valor discrepante à jurisprudência consolidada.....	161
2.8.2.4	Tutela antecipada na ação rescisória com base na fixação de honorários advocatícios no mínimo legal (10%), sem observar a jurisprudência no sentido da fixação por equidade.....	164
2.8.3	Tutela antecipada assecuratória	165
2.8.3.1	Tutela antecipada na ação rescisória com base apenas no risco de lesão em levantamento de valores de grande monta	167
2.8.3.2	Tutela antecipada na ação rescisória para deferimento de depósito do valor dito indevido no julgado rescindendo, como garantia do comando do julgamento da ação rescisória	168
2.8.3.3	Tutela antecipada na ação rescisória contra Poder Público	169
2.8.4	Recorribilidade da decisão do relator que julga monocraticamente a tutela antecipada na ação rescisória.....	173
CONCLUSÃO.....		175
REFERÊNCIAS		177